

ADENDO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2025

SECI SIND. DOS EMPREGADOS COM. ATAC. VAREJ. ARM. TUR. HOS.AG. AUT. CART. IPATINGA, CNPJ n. 20.184.669/0001-98, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). **CLAUDIO MARCONI FERREIRA TOMAZ**; e **SINDCOMERCIO - SINDICATO DO COMERCIO DO VALE DO AÇO**, CNPJ n. 38.517.512/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). **JOSE MARIA FACUNDES**; celebram o presente **TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de outubro de 2024 a 30 de setembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de outubro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Empregados no Comércio**, com abrangência territorial em **Ipatinga/MG**.

Salários, Reajustes e Pagamento
Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Retificação da **Cláusula Terceira** da CCT 2023/2025, intitulada **PISO SALARIAL**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

A partir de primeiro de outubro de 2024 nenhum trabalhador representado pelos sindicatos signatários deste instrumento receberá salário inferior a R\$1.704,00 (um mil setecentos e quatro reais).

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Retificação da **Cláusula Quarta** da CCT 2023/2025, intitulada **CORREÇÃO SALARIAL**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

A entidade patronal concede à categoria profissional representada pelo sindicato laboral, no dia primeiro de outubro de 2024, data-base da categoria profissional, correção salarial de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) a incidir sobre os salários vigentes.

Parágrafo Primeiro - Quadro de reajuste salarial:

Mês de Admissão e de Incidência do Reajuste	Índice em %	Fator de Reajuste
Até outubro de 2023	5,50%	1,0550%
Novembro de 2023	5,04%	1,0504%
Dezembro de 2023	4,58%	1,0458%
Janeiro de 2024	4,12%	1,0412%
Fevereiro de 2024	3,67%	1,0367%
Março de 2024	3,21%	1,0321%
Abril de 2024	2,75%	1,0275%

Maio de 2024	2,29%	1,0229%
Junho de 2024	1,83%	1,0183%
Julho de 2024	1,37%	1,0137%
Agosto de 2024	0,91%	1,0091%
Setembro de 2024	0,45%	1,0045%

Parágrafo Segundo - Poderão ser deduzidos, somente os aumentos decorrentes de antecipação salarial, ocorridos após primeiro de outubro de 2023.

Parágrafo Terceiro - As diferenças salariais (inclusive dos demitidos) do mês de outubro de 2024, ocorrida pelo atraso na assinatura desta, deverão ser pagas junto com o salário de novembro de 2024. As empresas que eventualmente tenham fechado suas folhas antes da assinatura deste Termo Aditivo devem procurar o Sindcomércio e o SECI para regularizar a situação.

CLÁUSULA QUINTA - GARANTIA MÍNIMA DO COMISSIONISTA PURO

Retificação da **Cláusula Quinta** da CCT 2023/2025, intitulada **GARANTIA MÍNIMA DO COMISSIONISTA PURO**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Aos denominados comissionistas puros, isto é, aos que perceberem somente salários à base de comissões, fica concedida uma garantia mínima mensal no valor correspondente ao piso salarial vigente da categoria, ou seja, em primeiro de outubro de 2024 o valor de R\$1.704,00 (um mil setecentos e quatro reais).

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO MISTO DA CATEGORIA

Retificação da **Cláusula Sexta** da CCT 2023/2025, intitulada **SALÁRIO MISTO DA CATEGORIA**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Os empregados que recebem salário misto (parte fixa mais comissões) terão a correção da parte fixa ajustada de acordo com a Cláusula Quarta e seus incisos deste instrumento, denominada **CORREÇÃO SALARIAL** e seus parágrafos.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA SÉTIMA - GRATIFICAÇÃO POR QUEBRA DE CAIXA

Retificação do caput e do Parágrafo Quinto da **Cláusula Décima Terceira** da CCT 2023/2025, intitulada **GRATIFICAÇÃO POR QUEBRA DE CAIXA**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

O funcionário que exercer a função exclusivamente de caixa receberá independente da jornada laborada, a título de quebra de caixa, uma gratificação no valor mensal de R\$128,00 (cento e vinte e oito reais).

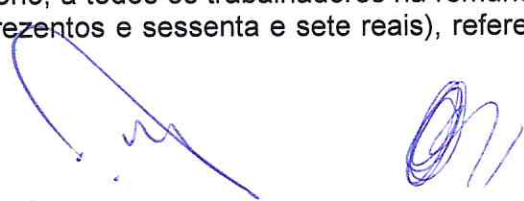
Parágrafo Quinto - A empresa que pratica valor superior ao caput, reajustará esse valor em 5,5% (cinco vírgula cinco por cento).

Outras Gratificações

CLÁUSULA OITAVA - ABONO

Retificação da **Cláusula Décima Quarta** da CCT 2023/2025, intitulada **ABONO**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Será pago, em parcela única, a título de abono, a todos os trabalhadores na remuneração do mês de janeiro de 2025, o valor de R\$367,00 (trezentos e sessenta e sete reais), referente ao ano de 2024.



Parágrafo Primeiro - O pagamento do abono respeitará a proporcionalidade de 1/12 (um doze avos), para cada mês trabalhado a partir de primeiro de janeiro de 2024, sendo vedado seu parcelamento/fracionamento e ou o pagamento mensal.

Parágrafo Segundo - A partir de janeiro de 2025, o empregado desligado da empresa terá direito à proporcionalidade de R\$31,00 (trinta e um reais) para cada mês trabalhado.

Parágrafo Terceiro - Os funcionários afastados por acidente de trabalho, doença ocupacional ou licença-maternidade terão direito ao abono na forma prevista nesta cláusula, recebendo no mês de retorno ao trabalho.

Parágrafo Quarto - Quando o aviso prévio for indenizado será paga a proporcionalidade do abono.

Parágrafo Quinto - Os valores pagos de acordo com o "caput" terão caráter indenizatório.

Parágrafo Sexto - As regras desta cláusula são extensivas ao menor aprendiz e ao estagiário.

Prêmios

CLÁUSULA NONA - PRÊMIO DO COMISSIONISTA

Retificação da **Cláusula Décima Sexta** da CCT 2023/2025, intitulada **PRÊMIO DO COMISSIONISTA**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

O funcionário denominado "Comissionista Puro", no mês em que o valor da sua comissão e descanso semanal remunerado ultrapassar a garantia mínima estipulada neste instrumento, receberá um prêmio no valor de R\$146,00 (cento e quarenta e seis reais).

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA - LANCHE

Retificação da **Cláusula Décima Sétima** da CCT 2023/2025, intitulada **LANCHE**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Os empregadores fornecerão, gratuitamente, no mínimo um lanche diário aos seus empregados, durante a jornada de trabalho.

Parágrafo Primeiro - Esse lanche deve ser composto por, no mínimo, pão com manteiga, café e leite, podendo ser substituído pelo valor mínimo de R\$8,00 (oito reais) por dia trabalhado. Esse lanche deve ser servido em local adequado para esse tipo de refeição.

Parágrafo Segundo - A empresa que fornece valor superior ao estabelecido no parágrafo primeiro reajustará o benefício em 5,5% (cinco vírgula cinco por cento).

Parágrafo Terceiro - O prazo de duração do horário de lanche será de no mínimo 15 (quinze) minutos, computado como tempo de serviço na jornada de trabalho diária.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PARÂMETROS DO PLANO DE SAÚDE

Retificação das Alíneas **c, e, f, h, i e n** da **Cláusula Décima Nona** da CCT 2023/2025, intitulada **PARÂMETROS DO PLANO DE SAÚDE** que passará a vigorar com a seguinte redação:

c) Para o custeio do benefício do plano de saúde, o empregado arcará com o pagamento de até 50% (cinquenta por cento) da mensalidade, não podendo ultrapassar o valor de R\$83,00 (oitenta e três reais), o restante da mensalidade será pago pela empresa.

e) A coparticipação, nas consultas eletivas será de, no máximo, R\$39,00 (trinta e nove reais) e nas consultas no pronto-atendimento será de, no máximo, R\$54,00 (cinquenta e quatro reais). Nos exames será cobrado o valor máximo de até 40% (quarenta por cento) do valor de cada procedimento, limitado a R\$172,00 (cento e setenta e dois reais).

f) Faculta-se ao empregado incluir seus dependentes legais no plano de saúde, sendo permitido ao empregador descontar o valor integral da mensalidade dos dependentes, até o limite de R\$166,00 (cento e sessenta e seis reais) por dependente, bem como as coparticipações correspondentes, mediante autorização prévia e por escrito do empregado, nos termos da Súmula 342, do Tribunal Superior do Trabalho.

h) Em casos de internamento clínico ou internamento cirúrgico e/ou obstétrico, poderá ser cobrado do funcionário uma franquia no valor máximo de R\$130,00 (cento e trinta reais), por evento, que engloba as despesas oriundas do internamento.

i) O valor máximo dos descontos mensais do funcionário e seus dependentes, a título de coparticipação e franquia de internação, não poderão ultrapassar R\$271,00 (duzentos e setenta e um reais). Os valores restantes serão descontados nos meses subsequentes, observando o limite de faturamento por funcionário.

n) Sem prejuízo das demais penalidades impostas nesta CCT, no ato da rescisão contratual, a empresa que não tiver aderido ao plano de saúde dentro dos prazos estabelecidos no Adendo à CCT 2011/2013, pagará ao funcionário, a título de indenização, o valor de R\$166,00 (cento e sessenta e seis reais) por cada mês que esse esteve desamparado dos benefícios do plano de saúde.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - BONIFICAÇÃO SOCIAL

Retificação do caput **Cláusula Vigésima Primeira** da CCT 2023/2025, intitulada **BONIFICAÇÃO SOCIAL**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Todo empregado do comércio varejista e atacadista de bens e serviços, abrangido por esse instrumento coletivo, receberá da sua empregadora, o valor de:

R\$340,00 (trezentos e quarenta reais) pela constituição válida de sociedade familiar, ou seja, constituição de casamento civil ou contrato matrimonial e

R\$23.520,00 (vinte e três mil quinhentos e vinte reais) pelo óbito do funcionário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PROGRAMA ASSISTENCIAL

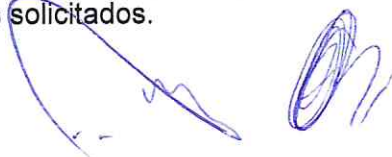
Retificação do Inciso I do parágrafo oitavo da **Cláusula Vigésima Segunda** da CCT 2023/2025, intitulada **PROGRAMA ASSISTENCIAL** que passará a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Oitavo - O projeto do Programa Assistencial denominado Bonificação Social visa o pagamento de bonificações de casamento e óbito pelo Sindcomércio Vale do Aço ao empregado da empresa filiada, conforme as seguintes condições:

Inciso I – VALORES

R\$340,00 (trezentos e quarenta reais) pela constituição válida de sociedade familiar, ou seja, constituição de casamento civil ou contrato matrimonial, sendo paga em parcela única, começando a contar 30 (trinta) dias após o protocolo em uma das secretarias do Sindcomércio Vale do Aço dos documentos solicitados e

R\$23.520,00 (vinte e três mil quinhentos e vinte reais) pelo óbito, sendo paga em três parcelas iguais, mensais e consecutivas, começando a contar 30 (trinta) dias após o protocolo em uma das secretarias do Sindcomércio Vale do Aço dos documentos solicitados.



Relações Sindicais
Contribuições Sindicais

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES

Retificação da **Cláusula Quinquagésima Primeira** da CCT 2023/2025, intitulada **CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES** que passará a vigorar com a seguinte redação:

A empresa representada e abrangida por esse instrumento coletivo poderá realizar o pagamento da Contribuição Sistema Comércio, prevista no art. 513 da CLT e determinada pela resolução CR/CNC 47/2019 que será recolhida pela empresa representada, de uma só vez, anualmente, até o 31º (trigésimo primeiro) dia do mês de janeiro do ano obrigação, seguindo valores estabelecidos pela FECOMÉRCIO/MG (Federação do Comércio de Minas Gerais) e da Contribuição Confederativa, que será recolhida pela empresa representada de uma só vez, anualmente, até o 31º (trigésimo primeiro) dia do mês de maio do ano obrigação, seguindo valores estabelecidos pela FECOMÉRCIO/MG (Federação do Comércio de Minas Gerais).

Parágrafo Primeiro - A Contribuição Assistencial será recolhida mensalmente pela Empresa Filiada no valor de R\$21,80 (vinte e um reais e oitenta centavos) por funcionário, que será paga exclusivamente por boleto bancário. O valor deverá ser calculado conforme o número de funcionários que a empresa abrangida por esse instrumento possuir, conforme comprova a GFIP, conforme AGE.

Inciso I - O recolhimento da contribuição Assistencial mensal pela empresa filiada deverá abranger o empregado não relacionado na GFIP/SEFIP por motivo de benefício previdenciário de auxílio doença ou auxílio acidente e excluir o empregado pertencente à categoria 'profissional diferenciada'.

Parágrafo Segundo - No caso de mora no pagamento da contribuição do parágrafo primeiro, incidirá juros de mora de 1% (um por cento), correção monetária e multa de 10% (dez por cento) sobre o saldo apurado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS

Retificação da **Cláusula Quinquagésima Segunda** da CCT 2023/2025, intitulada **CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

As empresas, como meras intermediárias, descontarão nos salários de todos os seus empregados a contribuição sindical e, mensalmente a contribuição negocial no valor de R\$30,50 (trinta reais e cinquenta centavos).

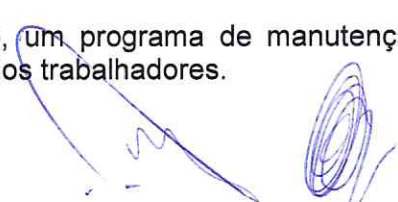
Parágrafo Primeiro - O recolhimento da referida quantia deve ser feito até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Segundo - A contribuição poderá ser paga na tesouraria do Sindicato, ou nas agências bancárias ou em boleto fornecido pela entidade.

Parágrafo Terceiro - O recolhimento deverá ser feito em nome de: SECI – Sindicato dos Empregados no Comércio de Ipatinga, Caixa Econômica Federal, Agência 118, Conta 900.689-0. A empresa que optar pelo pagamento via depósito/transferência bancária deverá enviar o comprovante de pagamento para os e-mails: atendimentocontabilidades@seci.com.br e financeiro@seci.com.br.

Parágrafo Quarto - O não recolhimento da referida contribuição no prazo mencionado no parágrafo primeiro, acarretará em multa de 10% e juros de mora de 2% ao mês.

Parágrafo Quinto - Poderá ser criado, a qualquer tempo, um programa de manutenção dos benefícios oferecidos pelo sindicato profissional custeado pelos trabalhadores.



Parágrafo Sexto - As empresas efetuarão, no pagamento do empregado, o desconto dos valores referentes às mensalidades e/ou taxas dos serviços mantidos pelo sindicato profissional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MENSALIDADES DOS SÓCIOS

Retificação da **Cláusula Quinquagésima Terceira** da CCT 2023/2025, intitulada **MENSALIDADES DOS SÓCIOS** que passará a vigorar com a seguinte redação:

As empresas deverão recolher as mensalidades dos associados, a partir do momento da comunicação feita pela entidade sindical.

Parágrafo Único - O desconto e recolhimento deverão ser efetuados conforme o caput e os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º da cláusula intitulada "Contribuição dos Empregados".

Disposições Gerais **Aplicação do Instrumento Coletivo**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MANUTENÇÃO DAS CONQUISTAS DA CCT 2023/2025

Ficam mantidas todas as conquistas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO

O descumprimento das cláusulas presentes neste Termo Aditivo, independente da quantidade, acarretará multa no valor referente a um piso salarial vigente da categoria por empregado. O valor da multa será revertido 50% para o empregado e 50% para o Sindicato profissional.

Parágrafo Primeiro - Os descumprimentos das cláusulas deste Termo poderão, a qualquer momento, serem cobrados judicialmente e o pagamento das penalidades não exime o cumprimento e ordenamento destas cláusulas.

Parágrafo Segundo - No caso de descumprimento pelo empregador de qualquer cláusula prevista neste Termo, fica facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho com base no Artigo 483 da CLT.

Outras Disposições

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REGISTRO

E para que se produzam seus efeitos jurídicos, o presente Adendo foi lavrado em (02) duas vias de igual teor, registradas na Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Ipatinga.

Por estarem certos das cláusulas acima assinam este Termo Aditivo em 14 de novembro de 2024.


CLAUDIO MARCONI FERREIRA TOMAZ

Membro de Diretoria Colegiada

SECI SIND. DOS EMPREGADOS COM. ATAC. VAREJ. ARM. TUR. HOS. AG. AUT. CART. IPATINGA


JOSÉ MARIA FACUNDES

Presidente

SINDCOMERCIO - SINDICATO DO COMERCIO DO VALE DO ACO